



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENÁ EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE À DISTÂNCIA**

**JARDELINA ARAÚJO DE SOUSA**

**A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA - PB  
2013**

**JARDELINA ARAÚJO DE SOUSA**

**A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Ana Célia Silva Menezes.

SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA-PB  
2013

## Ficha catalográfica

S725p Sousa, Jardelina Araújo de.

A prática da avaliação na educação infantil / Jardelina Araújo de Sousa. – João Pessoa: UFPB, 2013.

36f.

Orientador: Ana Célia Silva Menezes

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)  
– UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Avaliação. 3. Ensino-aprendizagem.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.24 (043.2)

**JARDELINA ARAÚJO DE SOUSA**

**A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovado em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Ms. Ana Célia Silva Menezes - Orientadora  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

Prof. Convidado  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, ao meu filho Kelvyn, ao meu esposo Ivanaldo e a meus pais, que estiveram sempre presentes nessa caminhada.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus que me deu forças para que eu concluísse este trabalho.

Ao meu esposo que sempre esteve presente nos momentos difíceis, incentivando-me e me encorajando a persistir na realização de um sonho.

À minha família, pelo apoio durante esses quatro anos de muita dedicação, para que eu conseguisse atingir meus objetivos em me tornar uma pedagoga.

À minha orientadora, Profa. Ana Célia Silva Menezes, pela paciência e compreensão.

À minha amiga Edilva que me acompanhou desde o início deste percurso, que sempre me ajudou quando precisei.

A todos os professores do curso de Pedagogia, que com sabedoria e dedicação contribuíram para a minha formação.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.”

(Paulo Freire)

## RESUMO

Este trabalho tem como tema a prática da avaliação na Educação Infantil, e como objetivo investigativo compreender a prática avaliativa desenvolvida por professoras da educação infantil, a partir da reflexão das dificuldades e avanços presentes nas experiências pesquisadas. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de campo, desenvolvida numa abordagem qualitativa, na perspectiva de apreender a realidade na sua complexidade e reconhecendo todos os sujeitos envolvidos. Através de questionários aplicados a três professoras, foram coletadas informações sobre a prática da avaliação. Como fundamentação teórica, nos reportamos aos estudos de Hoffmann (1996), Luckesi (1994), os PCNs (1998), e o RCNEI, (1998). A pesquisa desenvolvida possibilitou alguns resultados que nos levaram à compreensão de que as professoras necessitam de mais orientações pedagógicas sobre a avaliação na Educação Infantil, para que realmente possam avaliar, refletir e questionar permanentemente sobre nossas próprias ações, e praticar a avaliação como instrumento e mediação de aprendizagem no processo do ensino escolar.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Infantil, Observação, Ensino-aprendizagem.

## **ABSTRACT**

This work is subject to evaluation practice in early childhood education, and how to understand the investigative objective evaluation method developed by teachers in early childhood education, from the reflection of the difficulties present in the experiences and advances searches. This work is the result of a field research developed a qualitative approach with a view to grasp reality in its complexity and recognizing all those involved. Through questionnaires given to three teachers were interviewed about the practice of evaluation. As a theoretical framework we refer to studies HOFFMANN (1995), Luckesi, (1994), the NCP 'S, (1998), and RCNEI , (1998) . The research developed allowed some results that led us to understand that teachers need more guidance on educational assessment in kindergarten , so we really can reflect and evaluate ongoing questioning about our own actions , and practice evaluation as a tool and mediation learning in the school education process.

**Keywords:** Assessment, Early Childhood Education, Observation, Teaching-learning.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2. APROXIMANDO CONCEITOS.....</b>	<b>14</b>
2.1. Breve histórico da Educação Infantil no Brasil .....	14
2.2. Fundamentos legais da Educação Infantil.....	17
2.3. Avaliação como mediação .....	19
<b>3. A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCO LEGAL E CONCEITUAL .....</b>	<b>21</b>
<b>4. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
4.1. Abordagem da pesquisa e seus instrumentos .....	25
4.2. O lugar e os sujeitos da pesquisa .....	26
<b>5. A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>28</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>36</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O termo avaliar é comumente associado a expressões como: fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Porém, entendemos que a avaliação da aprendizagem é uma prática pedagógica que está inserida num determinado contexto histórico sendo dimensionado por um modelo teórico do mundo da educação. Nesse sentido, não constitui uma atividade neutra, mas uma prática que têm meios e fins determinados socialmente.

Diante da importância da avaliação no processo de ensino-aprendizagem e da especificidade da educação infantil, no tocante a este aspecto pedagógico, consideramos importante fazer esta discussão para contribuir no debate dessa especificidade.

Escolhi como tema deste trabalho a prática da avaliação na educação infantil. A escolha deste tema se deu pela minha percepção do quanto os professores e professoras encontram dificuldades para realizar uma tarefa tão importante no processo de aprendizagem e formação da criança, mas ao mesmo tempo também muito complexa e exigente.

É nessa perspectiva que se insere a proposta desta pesquisa com vistas ao desenvolvimento de um trabalho capaz de propiciar a importância e a real finalidade da avaliação dentro do processo ensino-aprendizagem. Essas novas práticas de avaliação oportunizam aos educadores o desenvolvimento de ações significativas de redefinição do processo ensino-aprendizagem possibilitando novas reflexões sobre as práticas de avaliação; constituem-se em ações significativas no processo ensino-aprendizagem, comprometido com a aquisição de experiência, realidades e relações sociais e culturais.

A partir dessas reflexões surgiu a necessidade de realizar um trabalho referente ao estudo da avaliação no processo ensino-aprendizagem da educação infantil, a fim de compreendermos o processo avaliativo realizado na escola no âmbito da educação infantil considerando as particularidades deste nível de ensino, as concepções dos educadores a respeito da avaliação e as práticas avaliativas que efetivamente estão sendo desenvolvidas na escola.

Nesse sentido, indagamos: Que tipo de prática avaliativa é desenvolvida pelos professores da educação infantil da Creche Municipal da cidade de São

José da Lagoa Tapada/PB. Outras questões estarão articuladas a este problema maior: Que concepção de avaliação fundamenta a prática dos professores? Qual a proposta avaliativa da escola? Como esta avaliação se articula com os objetivos de ensino da educação infantil?

É, portanto, **objetivo geral** deste trabalho investigativo compreender a prática avaliativa desenvolvida por professoras da educação infantil, a partir da reflexão das dificuldades e avanços presentes nas experiências pesquisadas. Para o alcance deste objetivo geral, apresentamos alguns objetivos específicos:

- Identificar os instrumentos e procedimentos avaliativos utilizados pelos professores/as;
- Refletir sobre a articulação entre avaliação e objetivos de ensino propostos à educação infantil;
- Identificar as dificuldades enfrentadas pelos professores no processo avaliativo.
- Identificar os avanços alcançados presentes nas experiências pesquisadas.

Com estes objetivos, buscamos aprofundar alguns conceitos inerentes ao tema, a partir de alguns teóricos que escolhemos como nossos principais interlocutores: Hoffmann (1996), Luckesi (1994), os PCNs (BRASIL, 1998), e o RCNEI (BRASIL, 1998).

Destacamos ainda que a pesquisa constitui-se numa pesquisa de campo qualitativa, tipo descritiva. Assumimos como referência metodológica as contribuições de Chizzotti (2005).

Organizamos o presente texto em quatro capítulos, precedidos por uma introdução e concluindo com as considerações finais.

Na Introdução apresentamos o tema e sua justificativa, o problema de pesquisa e objetivos gerais, os principais teóricos com os quais iremos dialogar na reflexão desta temática e apontamos a perspectiva metodológica do trabalho.

No capítulo **Aproximando conceitos** discutimos dois conceitos centrais: educação infantil e avaliação como mediação. Trazemos nesta discussão uma perspectiva histórica, e epistemológica.

O capítulo **A avaliação na Educação Infantil: marco legal e conceitual** possibilita discutir sobre a avaliação infantil, tendo como base as referências legais e os conceitos consensuados por autores respeitados na área.

No capítulo **Percurso metodológico da pesquisa** apresentamos o percurso metodológico da pesquisa, assim como sua abordagem e seus instrumentos utilizados.

No capítulo **A prática da avaliação na Educação Infantil: reflexões a partir da análise dos dados da pesquisa, alimentamos** a expectativa de contribuir para a discussão e compreensão da especificidade da prática avaliativa adequada à educação infantil. Como também analisar o conteúdo feito através dos dados obtidos no questionário.

Entendemos que a avaliação deve ser um processo que favoreça o crescimento do educando e, sobretudo, na educação infantil, esta prática deve ser mesmo processual, em vista do acompanhamento da aprendizagem. A presente pesquisa trará seguramente uma valiosa contribuição para os docentes que atuam na área e que apostam numa educação de qualidade comprometida com a efetiva aprendizagem e com o crescimento integral da pessoa humana.

Dando continuidade dispõe-se a seguir as considerações teóricas que nortearam o presente trabalho.

## **2 APROXIMANDO CONCEITOS**

Neste capítulo teórico buscaremos traçar um breve histórico da educação infantil no Brasil, com a intenção de salientar os equívocos cometidos historicamente e a especificidade que ao longo do tempo foi se delineando sobre este nível de ensino. É a partir desta compreensão atual sobre educação infantil que estabeleceremos a relação desta com o processo avaliativo, inerente à prática pedagógica. Após o histórico, apresentaremos alguns fundamentos teóricos sobre os quais todas as discussões posteriores serão construídas.

## **2.1. Breve histórico da Educação Infantil no Brasil**

A história da Educação Infantil surgiu após a Primeira Guerra Mundial, no (século XX), com o aumento do número de órfãos e a deterioração ambiental. Apareceu nessa época um maior interesse na educação, e após a Segunda Guerra Mundial surgiram novos estudos abordando a preocupação com a situação social da infância e a ideia da criança como portadora de direitos. Nesse período surgem algumas teorias que evidenciavam a necessidade da estimulação do desenvolvimento na criança desde o nascimento, mas foi o desenvolvimento tecnológico e a busca da mulher pelo mercado de trabalho que acarretaram maiores mudanças nas concepções sobre a criança e sua educação. A necessidade de buscar novas alternativas para cuidar das crianças fez com que a atenção voltada para as mesmas fosse analisada.

A criança passa a ser vista como sujeito social, ativa, participante na construção do saber. Esta visão provocou mudanças na prática pedagógica dos profissionais da área que buscavam a partir daí uma formação especializada, na educação infantil, englobando o desenvolvimento integral da criança, bem como o preparo para o ensino elementar.

Mas foi somente com o processo de urbanização brasileira e, conseqüentemente, com a industrialização que surgiu a necessidade de atendimento às crianças. Com a chegada das fábricas houve uma mudança na estrutura da família tradicional brasileira, as mulheres saíram de casa para trabalhar nas indústrias o que acarretou na busca de atendimento para as crianças. Inicialmente as crianças eram acolhidas por caridade pelas mulheres que não trabalhavam e se aprontavam a pajear as crianças de outras famílias ou no acolhimento de parentes. Posteriormente, a partir da organização de movimentos e sindicatos de operários (as) foi reivindicado inicialmente aos empresários e posteriormente ao governo instituições como creches e pré-escolas.

Daí surge a Escola Nova, também chamada de Escola Ativa ou Escola Progressiva, como um movimento de renovação do ensino, que ganhou força na primeira metade do século XX. A educação era entendida como o elemento

principal para promover a remodelação requerida como a igualdade e o direito de todos à educação, num sistema estatal de ensino público, livre e aberto, o único meio eficaz de combate às desigualdades sociais da nação.

O movimento ganhou importância na década de 1930, após a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no ano de 1932. Nesse documento, defendia-se a universalização da escola pública, leiga e gratuita, a Escola Nova que indicava uma reconstrução dos programas escolares, tendo a criança e a experiência como principais bases na educação. No entanto, as dificuldades de promover a democratização da escola pública e a alta seletividade do ensino primário mostravam os limites do ideal civilizador, a Escola Nova, e o acesso das camadas populares ainda era cercado de várias estruturas de discriminação e exclusão.

Outro marco importante na história da educação infantil é a Constituição Brasileira de 1988, que teve um papel decisivo na afirmação dos direitos da criança, pois ampliou o que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1942 já consagrava como direito das mulheres trabalhadoras à amamentação de seus filhos, legitimando o direito à educação da criança nos seus primeiros anos de vida.

Ao definir, como direito da criança de 0 a 06 anos de idade e dever do Estado, o atendimento em creche e pré-escola (Art. 208, inciso IV), a Constituição criou uma obrigação para o sistema educacional, o qual teve que se equipar para dar respostas a esta nova responsabilidade.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961 (Lei 4.024/61) incluiu os maternais, jardins de infância e pré-escola no sistema de ensino. Na Lei 4.024/61 a Educação Infantil foi tratada no título VI, Da educação pré-primária, em apenas dois artigos, sem traçar as diretrizes ou orientações para sua concretização.

O Art. 23 dizia que a educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos e será ministrada em escolas maternais ou jardins de infância.

O Art. 24 afirmava que as empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária.

A Lei 5.692/71, por seu turno, recomendava, sem maiores delongas, que as instituições de ensino assumissem a educação infantil, conforme § 2º, Art. 19: “Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins de infância e instituições equivalentes”.

Na década de 70 houve um processo de municipalização da educação pré-escolar pública, que concomitante às novas pesquisas realizadas na área da educação infantil e sobre o desenvolvimento da criança levou algumas instituições a se preocuparem com o caráter pedagógico no atendimento às crianças. Já em meados dos anos 70 houve debates sobre o caráter assistencialista e educativo das instituições como os parques e creches, porém outro fato importante é o de que estas instituições ainda exigiam baixos níveis de escolaridade de seus profissionais.

Mas a mudança na mentalidade da população já estava ultrapassada e o atendimento às crianças já não era visto como assistência social e sim como dever do Estado e direito da família. As lutas pela democratização da escola pública, somadas a pressões de movimentos feministas e de movimentos sociais de lutas por creches, possibilitaram a conquista, na Constituição de 1988, do reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino.

Embora houvesse um maior esforço em busca de práticas pedagógicas nas instituições, os profissionais se deparavam com a falta de estrutura física e material para realizar as atividades com as crianças. Na década de 90 houve grande evolução com relação à educação infantil, como por exemplo, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que registrava os direitos da criança incluindo o direito à educação. Surgem também novas ideias e concepções para educação infantil com a proposta de uma nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394 96), esta estabeleceu a educação infantil como etapa inicial da educação básica, marco na história da educação infantil por incluir crianças de 0 a 6 anos no atendimento público obrigatório, dentre outras conquistas.

Dando assiduidade dispõe-se a seguir os Fundamentos Legais da Educação Infantil que nortearam o presente trabalho.

## **2.2 Fundamentos legais da Educação Infantil**

A educação escolar brasileira é formada pela educação básica, englobando educação infantil, ensino fundamental e médio e educação superior. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica brasileira, e segundo a atual LDB, tem “[...] como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Porém, o atendimento da educação infantil passou para crianças de até 5 anos em função da Lei nº. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006, que instituiu o ensino fundamental de 9 anos. A educação infantil não mereceu a devida atenção na 1ª LDB, Lei nº. 4.024/61 e nem na Lei 5.692/71, sendo apenas mencionada sem maiores detalhes quanto à sua oferta.

A Constituição Federal de 1988 recupera o valor da educação infantil quando afirma em seu artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “[...] IV- “Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.” Atendendo a esta determinação da Constituição Federal, a educação infantil mereceu um pouco mais de atenção na Lei 9.394/96.

A Educação Infantil com apenas 3 artigos, 29, 30 e 31:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A Educação Infantil será oferecida em:

I- creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II- pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino Fundamental.

O atendimento realizado nas creches e pré-escolas brasileiras públicas em vários locais ainda se caracteriza como cuidado, sem a devida oferta de

atividades que promovam o desenvolvimento das crianças, embora os documentos legais apregoem a necessidade de educar, estimular e desenvolver as potencialidades da criança.

O Brasil é um país com marcantes diferenças regionais e com o processo de municipalização da educação infantil, adotado em 1990, na esteira das reformas que propunham o Estado mínimo, o foco passou a ser a educação fundamental em detrimento dos demais níveis.

Entende-se por modelo de Estado mínimo aquele que se fundamentando nos princípios do neoliberalismo, procura interferir minimamente na economia, buscando a privatização de serviços prestados pela rede estatal, em nome da descentralização.

No entanto a nova LDB, Lei nº9.394 de 1996, incorporou a educação infantil no primeiro nível da educação básica. Inserida no sistema educacional, a educação infantil é desenvolvida em regime de colaboração nas diferentes instâncias: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cabendo assim à União a coordenação da Política Nacional de Educação e ao Município o oferecimento da educação infantil em creches e pré-escolas.

A LDB explicita no art. 30 que a educação infantil será oferecida em creches ou entidades equivalentes para crianças de até três anos de idade; a pré-escola, para as crianças de quatro a seis anos de idade. Esta lei estabelece o vínculo entre o atendimento às crianças de zero a seis: a educação.

Considerando seu papel e sua responsabilidade na indução, proposição e avaliação das políticas públicas relativas à educação nacional, o Ministério da Educação e do Desporto propõe, por meio de documento, um Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o RCNEI. Este documento se constitui em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam a contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

Dessa forma sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais

profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais, levando em consideração as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a seis anos, a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania.

Desse modo, aspectos importantes para a oferta de uma educação infantil de qualidade, tais como a formação inicial, as condições de trabalho, os espaços e equipamentos necessários, salários e condições de trabalho do docente, dentre outros, ficaram em segundo plano e ainda estão longe de atender as reais necessidades dessa parcela da população.

Dando continuidade dispõem-se a seguir A avaliação como mediação que orientaram o presente trabalho.

### **2.3 Avaliação como mediação**

A avaliação é inerente à prática educativa. Num sentido amplo percebemos sua presença em todas as relações humanas. Estamos constantemente avaliando nossas ações e relações. O que fiz me ajudou a alcançar o almejado? O que não deu certo, por quê? O que poderei fazer no sentido de reorientar minha prática? Estas e tantas outras questões permeiam a vida humana em todas as suas dimensões.

Na escola, historicamente, a avaliação começou a ter um caráter mutilado e restrito e, a partir de determinadas tendências pedagógicas, associou-se unicamente a processos de mensuração e classificação. Contudo, este caráter da avaliação tem sido veementemente contestado e criticado. Novas teorias e propostas de avaliação foram se configurando ao longo da história da educação e atualmente a visão reducionista já não responde às expectativas da aprendizagem.

Nesta nova perspectiva a avaliação deve ser vista como parte do processo de ensino-aprendizagem e sua função é contribuir para que se estabeleça um processo reflexivo sobre o que aprendeu, de que forma e em quais condições tomou posse dessa aprendizagem.

Nesse enfoque, a atividade avaliativa desponta como componente fundamental no processo pedagógico, pois fornece informações que permitem

aos docentes, sobretudo, decidirem sobre as intervenções e redirecionamento necessários em face do projeto educativo definido coletivamente e comprometido com a aprendizagem do aluno.

A avaliação se encontra antes, durante e depois no processo ensino-aprendizagem e deve ser compreendida como um aspecto dinâmico e transformador, um meio que possibilita um novo olhar sobre a prática pedagógica. Conforme os PCNs (1998),

A avaliação não é, portanto, unilateral ou mono lógica, mas dialógica. Deve realizar-se num espaço em que sejam considerados aqueles que ensinam aquele que aprende e a relação intrínseca, que se estabelece entre todos os participantes do processo de aprendizado. Portanto, não se aplica apenas ao aluno, considerando unicamente as explicativas de aprendizagem, mas aplica-se às condições oferecidas para que isso ocorra: avaliar aprendizagem implica avaliar também o ensino oferecido.

Os alunos precisam saber do processo avaliativo, daí surge a necessidade da postura dialogal do professor para com estes, demonstrando assim os objetivos claros e preciosos, através de atividades bem organizadas e dirigidas para os fins a serem alcançados.

Hoffmann (1996, p. 42), afirma: “A avaliação, nesta perspectiva, deverá encaminhar-se a um processo dialógico e cooperativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmo no ato da avaliação”.

Ainda de acordo com Hoffman, é preciso desafiar o mito da avaliação classificatória e ressignificar essa prática como acompanhamento da construção do conhecimento dos alunos, ou seja, devemos considerar que o conhecimento reproduzido pelo aluno, num dado momento de sua vivência é um conhecimento em processo de superação. A criança aprimora sua forma de pensar o mundo à medida que se depara com novas situações, novos desafios e formulam suas hipóteses.

Dando continuidade dispõem-se a seguir A Avaliação na Educação Infantil: Marco Legal e Conceitual que nortearam o presente trabalho.

### **3 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCO LEGAL E CONCEITUAL**

A discussão sobre a prática da avaliação na Educação Infantil exige um exercício teórico no sentido de compreender qual o lugar e o papel da avaliação em qualquer processo pedagógico e de qual concepção de avaliação estamos falando. Outro movimento necessário é confrontar estes elementos teóricos da avaliação com a especificidade da educação infantil.

Este capítulo vai tratar justamente de situar a avaliação enquanto processo de mediação da aprendizagem na especificidade da educação infantil, tendo como referência principal os marcos legais: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o Referencial Nacional da Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Para aprofundar o diálogo teórico iremos tomar como referência Luckesi e Jussara Hoffman.

A avaliação representa um dos pontos essenciais para o alcance de uma prática pedagógica eficiente e, no entanto, pouco se conhece acerca desse processo que acontece na escola, Hoffman (1996). Dessa forma, esta tem sido trabalhada prioritariamente no seu contexto técnico, sobretudo no que diz respeito à construção de instrumentos legitimados eficientes, deixando de lado outras dimensões importantes para que a avaliação cumpra seu papel pedagógico. Diversos autores, como por exemplo, Luckesi, Hoffmann e outros difundem uma visão crítica e transformadora da avaliação.

Dentro de uma visão em que educar é formar e aprender, é construir o próprio saber, a avaliação toma dimensões mais abrangentes. Ela não se reduz a atribuir notas, pois sua conotação se amplia e desloca, no sentido de verificar em que medidas os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem. Para chegar à efetivação dessas propostas, Luckesi (1994, p. 35), aponta o seguinte caminho:

Com a função classificatória, a avaliação constitui-se num instrumento estático e frenador do processo de crescimento, com a função diagnóstica, ao contrário, ela constitui-se num momento dialético do processo de avaliação no desenvolvimento da ação, do crescimento para autonomia, do crescimento para a competência.

A avaliação é essencial e indissociável à educação, enquanto concebida como processo de problematização, questionamento, reflexão sobre a ação pedagógica. Assim, o ato avaliativo no contexto escolar, deve subsidiar o professor a refletir constantemente sobre sua prática. Dessa forma, concordo com Hoffmann (1996, p. 111), quando diz:

A avaliação é essencial á docência, no seu sentido de constante inquietação, de dúvida. Um professor que não problematiza as situações do cotidiano, que não reflete passo a passo sobre suas ações e as manifestações dos alunos, instala sua docência em verdades prontas, adquiridas...

A avaliação assume papel relevante no processo ensino-aprendizagem, tendo em vista que a mesma se constitui de um dos aspectos mais complexos da prática pedagógica e mais polêmicos no contexto educacional, pois medir, testar e avaliar são ações distintas, porém muitas vezes unificadas por alguns professores no cotidiano escolar. Daí, a necessidade de busca de um processo avaliativo mais eficaz objetivando não correr o risco de apenas medir o comportamento do aluno, mas, sobretudo, verificar as mudanças qualitativas nas atitudes comportamentais.

Nesta perspectiva conceitual queremos discutir a avaliação na educação infantil. Um elemento importante a refletir é o fato de que, na maioria das vezes, os professores que estão na educação infantil poucas oportunidades têm de aprofundar as orientações, inclusive legais acerca das especificidades desta educação. Com isso a avaliação e muitos outros elementos próprios à prática educativa não são trabalhados adequadamente ao interesse, capacidade e necessidade formativa das crianças de 03-05 anos.

A LDB nº 9.394/96 ao falar da avaliação na educação infantil preconiza:

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

Entende-se que a instituição de ensino é um espaço de vivências culturais, onde amplia vários contatos diversificados e relações, ou seja, a

criança pode desenvolver sua autonomia, independência, apropriação e aprender a ser, despertando suas atitudes e a sociabilidade.

Todas essas características sendo desenvolvidas pelas crianças na escola contribuem tanto para o processo de aprendizagem delas como também como um elemento pedagógico.

O RCNEI aponta aspectos conceituais e metodológicos que merecem destaque.

No que se refere às crianças, a avaliação deve permitir que elas acompanhem suas conquistas, suas dificuldades e suas possibilidades ao longo de seu processo de aprendizagem. Para que isso ocorra, o professor deve compartilhar com elas aquelas observações que sinalizam seus avanços e suas possibilidades de superação das dificuldades.

Dessa forma, a avaliação deve ser vista como um conjunto de ações organizadas, cujo objetivo é obter informações sobre o que a criança aprendeu, de que forma e em quais condições tomou posse dessa aprendizagem.

A avaliação se encontra antes, durante e depois no processo ensino-aprendizagem e deve ser compreendida como um aspecto dinamizador do próprio processo de ensino e aprendizagem; deve possibilitar aos professores fazerem crítica de sua prática educativa.

O professor precisa constituir formas de registros diferentes das usadas tradicionalmente pela escola, no nível do ensino fundamental e médio, obtendo, assim, dados relevantes para a organização da ação pedagógica. Nesse cenário, verifica-se que a avaliação na educação infantil não pode, em hipótese alguma, incidir sobre o aluno e gerar qualquer tipo de classificação ou mensuração. A avaliação é do processo e neste sentido estão implicados muito mais os elementos que constituem a escola do que o educando exclusivamente.

Segundo Hoffman as crianças apresentam maneiras peculiares e diferenciadas de vivenciar as situações, de interagir com os objetos do mundo físico. O que se pretende na pré-escola fundamentalmente é um ambiente livre de tensões e limitações, educadores disponíveis concretamente a acompanhar e oportunizar vivências enriquecedoras. Os professores estão por demais preocupados com suas metodologias. No entanto, de nada valem as

orientações metodológicas se não estiverem fundamentadas em uma concepção libertadora de avaliação.

O fundamento de uma proposta de avaliação para a educação infantil é a disponibilidade real do adulto frente às crianças. Essa disponibilidade pressupõe reflexão e ação permanentes, uma oportunização de vivências enriquecedoras através das quais a criança possa ampliar suas possibilidades de descobrir o mundo, um adulto disponível para conversar e trocar ideias com elas.

Dessa forma a avaliação exige um planejamento que ofereça ao professor da educação infantil condições de selecionar instrumentos adequados que possibilitem compreender o percurso construído ao longo do processo de ensino, bem como verificar as habilidades e competências desenvolvidas pela criança de acordo com os conhecimentos exigidos em sua faixa etária e nível educacional.

Faz-se necessário também que o professor assuma responsabilidade como mediador de mudanças de aquisição de conhecimento ajudando a remover barreiras no processo de descoberta de novas aprendizagens.

Dando seguimento dispõe-se a seguir o percurso metodológico da pesquisa que guiaram o presente trabalho.

## **4 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

O presente capítulo trata da descrição do percurso metodológico da pesquisa. Aqui serão descritos o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados, a descrição do local e dos sujeitos pesquisados, o detalhamento do processo e a forma de organização e análise dos dados pesquisados.

A metodologia está articulada à questão problema e aos objetivos definidos e apresentados na introdução deste trabalho investigativo.

### **4.1. Abordagem da pesquisa e instrumentos utilizados**

Para a realização deste estudo, optamos por uma pesquisa de campo, segundo os princípios da pesquisa qualitativa, na perspectiva de apreender a

realidade na sua complexidade, incluindo e reconhecendo as subjetividades de todos os sujeitos envolvidos. De acordo com Chizzotti (2005, p. 58), este tipo de investigação.

É capaz de assinalar as causas e as conseqüências dos problemas, sua contradição, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa.

É nesta perspectiva que o tema da avaliação na educação infantil será abordado. A partir da pesquisa procuraremos discutir o problema aprofundando suas relações e apontando perspectivas para a prática pedagógica das escolas de educação infantil.

Com o assunto a ser pesquisado, nasce o desejo de pesquisar, inicia-se, então, um período de investigação, um tempo de convívio com o desconhecido, procurando, como a maior parte das pesquisas qualitativas, preencher lacunas no conhecimento.

No desenvolvimento desse trabalho investigativo foi utilizada a aplicação de questionário a 03 (três) professores lotados na Creche Municipal, na cidade de São José da Lagoa Tapada-PB, contemplando o ensino de alfabetização. Buscamos este procedimento por considerá-lo de grande importância na identificação de informações a partir das falas e práticas dos participantes envolvidos.

De acordo com Hoffmann (2006, p.73), “Avaliar é essencialmente questionar. É observar e promover experiências educativas [...] do aluno”.

Dessa forma a partir dos dados coletados e observando as diferenças de resultados, que é através desta observação que estarei conhecendo a prática e como estão sendo feitos os registros de avaliação na educação infantil, na instituição de ensino atualmente.

## **4.2 O lugar e os sujeitos da pesquisa**

A pesquisa de campo foi desenvolvida na instituição de Educação Infantil no município de São José da Lagoa Tapada-PB.

A ideia central que motivou a fundação da Creche Municipal, em março de 1983, na administração do então prefeito da época foi a de criar uma instituição voltada exclusivamente para crianças da Educação Infantil e Classe de Alfabetização, de modo a atendê-las num ambiente estimulante e acolhedor. Na oportunidade, o prefeito quis homenagear sua mãe, a senhora Otília Coura de Brito, já que ela era muito preocupada com as causas sociais do município.

A referida escola atende 117 crianças na faixa etária de 03 a 06 anos, nos turnos da manhã e da tarde; quanto à estrutura física da escola, é boa, é ampla e bem adequada para atender crianças. A instituição atualmente conta com 08 (oito) profissionais que fazem parte do corpo docente, a maioria é formada, em Pedagogia com Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Básico, uma diretora e uma coordenadora e com 07 (sete) pessoas no corpo de apoio, 05 (cinco) funcionários entre merendeiras e zeladoras e 02 guardas. Infelizmente a escola não tem proposta pedagógica.

Participaram da presente pesquisa três educadoras, aqui denominadas como professora A, B, C. Todas com formação em Pedagogia e lecionando na educação infantil há 07, 05 e 10 anos respectivamente.

O principal critério utilizado para a escolha das três educadoras que participaram da pesquisa foi a sua prática de avaliação na Educação Infantil, porque elas demonstraram grande interesse em estar conversando sobre o tema avaliação, já que reconhecem esta prática como algo que faz parte do seu cotidiano.

## **5. A PRÁTICA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

Procuramos nesta pesquisa, inicialmente, identificar a prática avaliativa dos professores da Creche Municipal na cidade de São José da Lagoa Tapada-PB, na perspectiva de contribuir para a discussão e compreensão da especificidade da prática avaliativa adequada à Educação Infantil.

Os dados coletados foram organizados a partir da questão problema do trabalho e dos objetivos definidos. Os elementos pesquisados foram organizados a partir dos seguintes eixos:

1. Concepção dos educadores em relação à avaliação
2. Práticas avaliativas desenvolvidas na Educação Infantil
3. Instrumentos e procedimentos avaliativos
4. Dificuldades e avanços da prática avaliativa.

Os dados trazidos e analisados neste capítulo foram resultado da contribuição das professoras entrevistadas (A, B e C).

Sabendo-se que a prática da avaliação na Educação Infantil é uma exigência legal e faz parte do planejamento escolar, procuramos analisar e discutir algumas questões relativas à prática da avaliação na educação infantil, a partir da experiência de professoras que se deparam cotidianamente com dificuldades para realização de um trabalho tão importante, porém bastante complexo e que exige muito da atenção e dedicação do próprio professor.

A primeira reflexão que trazemos para o debate é a concepção de avaliação na educação infantil. A questão apresentada às entrevistadas foi a seguinte: Considerando a especificidade da educação infantil, em sua opinião, como deve ser a avaliação neste nível de ensino?

Em resposta à questão apresentada, destacamos o seguinte depoimento:

*Sabendo da importância de uma educação de qualidade para uma criança que está descobrindo o mundo, acredito que a avaliação deve ser contínua, levando sempre em consideração a sua individualidade, a sua capacidade e suas dificuldades. (professora A)*

A educação infantil consiste em propor novas descobertas ao universo da criança, no qual o termo avaliar está inserido, em contribuir nas competências e nas complexidades de cada criança.

*Acredito que a avaliação nesse nível de ensino deve ser diagnóstica, até porque, avaliar uma criança é algo bastante complexo e que exige muito do professor o olhar sobre as suas dificuldades e habilidades. (professora B)*

As respostas das professoras indicam uma percepção de avaliação contínua e diagnóstica. Este entendimento é referendado por teóricos da área. Em se tratando da educação infantil, Hoffmann afirma:

A avaliação em educação infantil precisa resgatar urgentemente o sentido essencial de acompanhamento do desenvolvimento infantil, de reflexão permanente sobre as crianças em seu cotidiano como elo da continuidade da ação pedagógica (HOFFMANN, 2000, p. 48).

A autora relata que por se tratar de Educação Infantil, o professor deve sempre buscar práticas significativas que vão ao encontro do desenvolvimento da criança, refletindo sempre as suas ações pedagógicas, respeitando sempre a fase de criança.

Ainda no campo da concepção, outro depoimento afirma: “*A avaliação deve ser através da individualidade de cada criança, avaliando sempre o desenvolvimento de cada criança, para que o professor possa planejar as atividades que vá de acordo com as necessidades de cada uma*”. (professora C)

Outro aspecto que trazemos para esta reflexão é sobre a forma de avaliação adotada pelas professoras da educação infantil. Neste sentido, a questão apresentada foi: A escola oferece orientação sobre a forma de avaliar o processo de aprendizagem das crianças da Educação Infantil?

Em resposta à questão, obtivemos os seguintes depoimentos: “Pouco, pois apesar de termos planejamentos semanais e contar com uma orientadora, o avaliar da criança muito pouco é discutido e posto em prática”. (Professora A)

Esta resposta indica a fragilidade de acompanhamento pedagógico referente à questão da avaliação. Outro depoimento reforça a colocação da professora A:

*Bem, toda semana acontecem planejamentos e a escola também possui uma orientadora pedagógica, mas o que vejo é que a escola é um pouco tradicional, com métodos de ensinosa tradicionais, e que a avaliação pouco é um fator principal no desenvolvimento da criança.* (Professora B)

*“Entretanto apesar de contar com planejamento semanal e ter uma orientadora pedagógica o tema avaliação é pouco discutido e posto em prática”.* (professora C).

Ao refletir sobre o tema avaliação os PCNs apontam:

É um conjunto de ações que busca obter informações sobre o que foi aprendido, e elemento de reflexão contínua para o professor sobre a sua prática educativa que possibilita ao aluno tomar consciência de seus avanços, dificuldades e possibilidades (BRASIL, 1998, p. 83).

Percebe-se que a escola precisa de um ajuste e reorientação pedagógica para tornar possível o ensino e a aprendizagem de melhor qualidade. E que a escola tenha como finalidade principal o fornecer sobre o processo pedagógico informações necessárias sobre avaliação e comprometimento com a garantia da aprendizagem da criança.

Sabemos que é fundamental que toda escola conte com uma equipe de profissionais aptos a contribuir na melhoria da educação. Portanto, é dever de toda escola assegurar à criança, e oferecer profissionais capacitados para tratar de diversos temas que estão inseridos na escola, devendo acompanhar todos os passos do processo de ensino e aprendizagem, e orientar o trabalho para que as correções sejam necessárias, já que a avaliação se insere não só nas funções didáticas, mas também na própria dinâmica e estrutura do ensino e aprendizagem.

Outra questão apresentada às professoras foi: Como você avalia as crianças? E quais os instrumentos e procedimentos avaliativos?

Em resposta à questão, obtivemos os seguintes depoimentos: *“De acordo com a observação individual e o desenvolvimento de cada criança diagnosticada e pelo resultado das atividades, e também utilizando relatórios individuais de cada criança”*. (professora A).

Percebe-se que a professora está bem atualizada referente à prática da avaliação na Educação Infantil, pois sabemos que é através da observação e registros individuais do desenvolvimento de cada criança, que a avaliação se torna importante e eficaz no ensino-aprendizagem.

*“Através da observação, utilizando anotações, que indicam suas facilidades, parcialmente e dificuldades”*. (professora B). Compreende então que a professora B, elabora bem os seus instrumentos e práticas avaliativas, que vão de acordo com as questões de capacidades e dificuldades de cada criança.

*Avalio através do desempenho e das dificuldades encontradas por cada criança e também através de anotações exploro mais os pontos positivos e negativos, buscando assim desenvolver bem a prática do ensino-aprendizagem. (professora C)*

A avaliação pode ser um instrumento precioso de diagnóstico e diálogo, sendo um momento de reflexão do professor sobre o processo de aprendizagem e sobre as condições oferecidas por ele para que ela possa ocorrer. Dessa forma Hoffmann (2000, p. 12) diz:

*Avaliar é registrar no final de cada semestre (periodicidade mais freqüente na pré-escola) os "comportamentos que a criança apresentou", utilizando-se, para isso, de listagens uniformes de comportamentos a serem classificadas a partir das escalas comparativas tais como: atingiu, atingiu parcialmente, não atingiu: muitas vezes, poucas vezes, não apresentou; muito bom, bom, fraco; e outras. Em muitas instituições, a prática avaliativa se reduz ao preenchimento dessas fichas de comportamentos ou elaboração de pareceres descritivos padronizados ao final de determinados períodos. O cotidiano da criança não é verdadeiramente levado em conta, nem é considerada a postura do educador, a semelhança do ocorrido no ensino regular.*

A avaliação na Educação Infantil deve privilegiar os interesses e as necessidades de cada criança, confiar em suas tentativas de aprender (erro/acerto), valorizar suas descobertas. Podemos perceber, contudo, que na Educação Infantil a avaliação se pauta basicamente pela observação e registro, numa perspectiva de acompanhamento do processo de desenvolvimento.

Outro aspecto importante que trazemos para esta reflexão é sobre quais as principais dificuldades enfrentadas no processo de avaliação na Educação Infantil.

Neste sentido, a resposta apresentada foi:

*Acredito que a falta de interesse de alguns pais, a falta de pessoas capacitadas para saber tratar desse tema na escola, e também a falta do próprio interesse dos professores, por acharem que por ser educação Infantil a criança não precisa ser avaliada. (professora A).*

São muitas as dificuldades encontradas no processo de avaliação na Educação Infantil, pode ser por parte da escola por estar ainda inserida numa forma de ensino tradicional ou até mesmo por parte de profissionais não preparados para planejar, já que a avaliação na educação infantil é o

acompanhamento na busca do desenvolvimento da criança e na sua autonomia.

Outro depoimento continua a reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil:

*Por se tratar de Educação Infantil, muitos professores e até mesmo a escola não utiliza a prática da avaliação no seu contexto escolar, como também a falta de pessoas preparadas para trabalhar com esse tema, e a própria aceitação das escolas infantis abordarem a avaliação como elemento importante na formação da criança. (professora B).*

Sabemos que avaliar é trabalhoso, que exige um olhar atento do professor sobre as crianças no dia a dia. Então, muitos professores acabam não avaliando as crianças corretamente por acharem que por serem crianças não precisam ser avaliadas.

Referente à mesma questão “*acredito que a falta de planejamentos que incluam a avaliação contínua e também o próprio interesse da escola em tratar desse tema é umas das principais dificuldades enfrentadas no processo de avaliação na Educação Infantil*” (professora C)

Percebe-se então que são muitas as dificuldades encontradas pelas professoras no processo de avaliação, pois a falta de interesse da própria instituição de ensino, como também dos pais e professores despreparados se torna algo bastante complexo de lidar com o avaliar. Hoffmann aborda:

*Sem dúvida, a avaliação, na educação infantil, [...] passa a exigir [...] uma investigação dos reflexos sofridos do modelo de controle, vigente no ensino regular, que atrelado à finalidade de controle das famílias sobre a eficiência da instituição, acaba por comprometer seriamente o significado dessa prática em benefício ao processo educativo (HOFFMANN, 2000, p. 10).*

O processo ensino-aprendizagem ocorre de forma gradual, contínua, cumulativa e integrativa, porém não se sabe como avaliá-lo, ou seja, como promover a verificação da aprendizagem, a avaliação do educando. Acredito que o RCNEI é um documento importante de orientação para o planejamento escolar, porém as escolas possuem autonomia na elaboração dos seus planejamentos; o RCNEI traz eixos de trabalhos que orientam a construção das

diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que elas estabelecem com os objetos de conhecimentos, os eixos são: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza, sociedade e matemática.

Todos esses eixos explorados pelas crianças são fundamentais para o desenvolvimento psicológico, cognitivo e físico da criança. Pois, sabemos que a Educação Infantil é uma fase muito importante que deve ser desenvolvida a partir dos conhecimentos já adquiridos pelas crianças, cabendo ao professor ajudar no desenvolvimento de suas habilidades, e criar condições para que se tornem autônomas, que é um objetivo primordial na Educação Infantil, contextualizando o cuidar, e, principalmente, o educar.

Dando sequência dispõe-se a seguir as considerações finais que guiaram o presente trabalho.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Um dos principais objetivos deste trabalho foi compreender como as professoras desenvolvem o processo de avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, verificar as concepções de avaliação que norteiam suas práticas pedagógicas, os instrumentos e procedimentos que utilizam para avaliar a aprendizagem das crianças.

Para as professoras a avaliação é contínua assim como a observação das crianças no ambiente escolar e a verificação dos seus conhecimentos, destacando que a avaliação é um processo muito importante no processo de aprendizagem.

Através do questionário que foi aplicado para as professoras, podemos perceber que a escola pouco oferece orientação sobre a forma de avaliar, o que indica fraqueza no acompanhamento pedagógico com a questão da avaliação, a carência de profissionais preparados para lidar com o tema e a falta de interesse da própria instituição de ensino em abordar continuamente a prática da avaliação na Educação Infantil.

Na busca de identificar os instrumentos e procedimentos que as professoras utilizam para a realização da avaliação na Educação Infantil percebemos que as professoras utilizam a observação e registro para avaliar

as crianças, já que não é possível avaliar uma criança se não houver observação e o registro para verificar o desenvolvimento da criança e as suas dificuldades.

Percebemos também que as professoras têm dificuldades de realizar a avaliação, pois há falta de planejamentos que incluam a avaliação no cotidiano escolar, além de não contar com profissionais competentes que contribuam na orientação pedagógica e no aprofundamento da compreensão do processo avaliativo. Existe, ainda, a falta de interesse dos próprios pais, a fim de que possam desempenhar a verdadeira função da avaliação e ajudar no desenvolvimento das crianças.

Entendemos, portanto, que as professoras precisam mais de orientações pedagógicas sobre a avaliação na Educação Infantil, para que realmente possam avaliar, refletir e questionar permanentemente sobre nossas próprias ações, e acreditar em um processo avaliativo mais eficaz na prática pedagógica, praticando a avaliação como instrumento e mediação de aprendizagem no processo do ensino escolar.

## REFERÊNCIAS

A ESCOLA Nova no Brasil. Disponível em: <<http://www.pglingua.org>>. Acesso em: dez. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, 21 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000. 200 p.

\_\_\_\_\_. **Avaliação mito & desafio: uma perspectiva construtivista**. 26. ed. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1996. 128 p

\_\_\_\_\_. **Avaliar para promover: as setas do caminho**. 9. ed. Porto Alegre: Mediação. 2006

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

ROSSI, Silvio José. **Políticas, didática e avaliação na educação infantil**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

## APÊNDICE A - Questionário

Questionário aplicado a professoras/es da Educação Infantil, com o objetivo de investigar as concepções e práticas avaliativas desenvolvidas pelos educadores deste nível de ensino.

1. Qual sua formação inicial?

Magistério ( ) Científico ( ) outro ( )

Caso não tenha feito nenhum dos cursos sugeridos acima, especificar qual o curso \_\_\_\_\_ que \_\_\_\_\_ fez.

2. Há quanto tempo atua como professora da Educação Infantil?

\_\_\_\_\_

3. Considerando a especificidade da Educação Infantil, como deve ser, na sua opinião, a avaliação neste nível de ensino?

\_\_\_\_\_

4. A escola oferece orientação sobre a forma de avaliar o processo de aprendizagem das crianças da Educação Infantil?

\_\_\_\_\_

5. Como você avalia as crianças? Quais os instrumentos e procedimentos avaliativos?

\_\_\_\_\_

6. Quais as principais dificuldades enfrentadas no processo de avaliação na E.I.?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_